

A EDUCAÇÃO PÚBLICA EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA: OS ATAQUES DO ENSINO BÁSICO À UNIVERSIDADE

Vanessa Gonçalves Dias¹

Tanise Baptista de Medeiros²

Resumo: O presente ensaio discorre sobre as contrarreformas que envolvem profundas mudanças na educação pública do ensino básico a Universidade na atualidade brasileira. Esta análise parte do materialismo histórico dialético, tendo como base os autores: FERNANDES (2005), MOTTA e FRIGOTTO, (2017), MINTO (2018), FREITAS (2016), KATZ (2016). Assim, a escrita buscou evidenciar algumas das contradições do cenário da educação brasileira no último período (2018-2019). Por fim, ressaltamos que os seis primeiros meses da eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro apresentam um cenário catastrófico, no que diz respeito à educação pública e ao campo do trabalho e dos direitos sociais, sendo necessário e urgente uma coesão e organização da classe trabalhadora para o enfrentamento diante de tamanhos retrocessos.

Palavras Chaves: Educação pública; contrarreforma; conjuntura brasileira.

O governo Bolsonaro e a ‘desconstrução’ do país

“Não podemos ficar indiferentes, aguardando passivamente a decisão dos embates. Temos de avançar com ânimo firme e decidido para libertar a educação e o Brasil das fortalezas do privilégio, do atraso e da opressão”.
(Florestan Fernandes)

A epígrafe que trazemos se relaciona com os traços da relação capital-

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul /UFRGS, na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, da Faculdade de Educação - FACED, Porto Alegre - RS.

² Mestranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, na linha de pesquisa Educação, Cultura e Humanidades, da Faculdade de Educação – FACED, Porto Alegre, RS

trabalho no capitalismo dependente latino-americano³ que define o projeto educativo de dominação, atraso e opressão pelo viés da *pedagogia tradicional* sendo a primeira a ser utilizada na educação logo no início da sociedade moderna. Rever estes pontos históricos da formação social brasileira nos dá pistas para explicar os impasses no qual se encontra o Brasil na atualidade, sendo necessário inscrevê-los na longa história da dominação capitalista (FERNANDES, 2005), que demarca uma história “ainda presente”.

O presente artigo trás elementos introdutórios para o debate do momento atual brasileiro. O país passa por medidas econômicas e políticas ofensivas, que afetam fundamentalmente milhares de trabalhadores, mulheres e jovens da classe trabalhadora. Salientam Motta e Frigotto (2017), que os ataques orquestrados contra os serviços públicos e seus servidores, os cortes de verbas para programas sociais, para a educação e a saúde pública, a Emenda Constitucional 95 que congela o teto de investimentos estatais por 20 anos, a reforma trabalhista, a reforma da previdência em tramitação e a manutenção de uma parcela de aproximadamente 50% do orçamento para pagar juros da dívida pública são o início desta longa “desconstrução” dos direitos adquiridos no país.

Neste sentido, consideramos como tempos de contrarreformas o período que inicia após a deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016 chegando à atualidade com a eleição do governo de Jair Bolsonaro, sendo este processo um projeto de desmonte do Estado e fortalecimento do estágio neoliberal do capitalismo. Compreende-se a extensão do golpe para antes e depois de 2016, enquanto um projeto político-econômico-ideológico que retoma a ortodoxia neoliberal com roupagens ideológicas conservadoras nos costumes, o que perpassa pelas políticas educacionais.

A deposição de Dilma Rousseff, representa a derrocada desse período neodesenvolvimentista, que possibilitou os chamados governos progressistas na América Latina, principalmente no Brasil, Venezuela e Argentina. Isso causa no país uma crise política, de deslegitimação do aparato institucional do Estado e que favorece a possibilidade de uma retomada da reforma deste. Este projeto fica claro quando, junto com a deposição da presidenta eleita, vem o congelamento dos

3 Prado Júnior, no livro “História econômica do Brasil” e “Evolução Política do Brasil – Colônia e Império” e Florestan Fernandes, no livro “A Revolução Burguesa no Brasil”.

gastos públicos por 20 anos, a aprovação da Reforma Trabalhista, das terceirizações, a tentativa de aprovação da Reforma da Previdência, etc.

É preciso compreender o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo que, diante de uma crise econômica e política coloca em questão a necessidade de um ajuste fiscal, justificado a partir do discurso de que o Estado gasta muito em políticas sociais, sendo acrescentado ainda a este a necessidade de uma *modernização*. Esse é o argumento que percebemos diante de grande parte das propostas de reforma nos últimos tempos, sendo que, obviamente tal ajuste recai sobre a massa de trabalhadores e trabalhadoras, em detrimento daqueles que vivem de lucros e rendas. É necessário destacar deste período a continuidade de uma Reforma do Estado, ou como Minto (2018) afirma, uma *contrarreforma* do Estado e da Educação. Mas por que reafirmamos o termo *contrarreforma*?

[...] a palavra reforma tende a induzir ao/a leitor(a) a sensação de que se trata de algo positivo, que vem para melhorar o aspecto a que se refere; por exemplo, a expressão Reforma do Estado pode dar a impressão de algo que está sendo feito para torná-lo mais condizente com os direitos/anseios do conjunto da sociedade, e é exatamente isto que se quer que as pessoas pensem, mas se trata de uma ação ideológica importante e perversa, muitas vezes difícil de ser detectada, a não ser com o passar do tempo, quando suas consequências negativas tornam-se melhor explicitadas. (MINTO, 2018, p. 22).

Percebe-se assim nos governos Lula e Dilma (2003-2016) a continuidade de políticas aplicadas a partir da década de 1990, quando, por exemplo, os quadros governamentais que atuam nesse período na área da educação é praticamente o mesmo que atuou nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), sendo predominante uma tentativa constante de impor um caráter mais tecnicista para a área. (MINTO, 2017). A Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016 convertida em Lei 13.415/2017) é um exemplo claro disso, onde o projeto de educação apontado nessa reestruturação curricular é a legitimação de uma educação dual, que restringe aos filhos da classe trabalhadora uma ampla formação humana, destinando-os a profissionalização, atendendo às demandas e interesses do Estado capitalista.

Conforme explicita a pesquisadora,

As propostas da Base Nacional Comum Curricular, bem como da Reforma do Ensino Médio são duas evidências dos retrocessos. São políticas com forte caráter regulador da proposta pedagógica, que pautam em uma

formação limitada para as crianças e jovens, com vistas no ensino da Língua Portuguesa e Matemática para as avaliações externas. Como procuramos evidenciar ao longo do texto, a análise acerca da BNCC evidencia que esta retrocede política e pedagogicamente. Ao retomar as competências e habilidades, retoma os pressupostos da racionalidade técnica revestida pelo discurso neoliberal. (GONÇALVES, 2019, p. 227).

Além disto, conforme Motta e Frigotto apontam:

[...] a combinação de investimentos na baixa qualificação, a força de trabalho superexplorada e o desenvolvimento dependente contribui para uma demanda do *trabalho simples*, ao invés do suscitado “pleno emprego” “pleno desenvolvimento”. A tese de “alcançar o pleno desenvolvimento” investindo em “capacidade tecnológica” e na formação da força de trabalho com maior qualificação contradiz a longa história de baixo investimento na educação brasileira. Como também a predominância de políticas econômicas que reforçam o desenvolvimento dependente, subordinado aos mercados internacionais, que caracteriza a constituição do nosso tipo de capitalismo. Justificar que os setores econômicos não se expandem por se “ressentirem da falta” de profissionais qualificados não corresponde com a realidade, pois nos curtos momentos de expansão do capital brasileiro a força de trabalho demandada foi para o trabalho simples. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 359).

No que se refere a universidade pública e os institutos federais, por um lado o período neodesenvolvimentista de Lula e Dilma apresentou um avanço na inclusão de setores historicamente marginalizados da instituição universitária, mas por outro lado intensificou a mercantilização da educação superior através do favorecimento de um conglomerado que vem tornando o ensino superior um negócio de empresas. Isso nos mostra que, embora as últimas décadas no Brasil apresentam um avanço no Estado como garantidor de direitos, através da realização de políticas sociais, o atual cenário é fruto das contradições que se operam no seio do capitalismo de um país dependente. O autor Katz (2016) aponta que os neodesenvolvimentistas não abandonam o princípio de favorecer os grandes grupos capitalistas, por exemplo, ao dar prioridade a uma taxa de câmbio competitiva com baixa inflação e reduzido déficit fiscal. “A interpretação neodesenvolvimentista destaca as convergências do Estado com o setor privado. Elogia especialmente a função da empresa como um âmbito de cooperação e seleção de novas tecnologias, seguindo os parâmetros de produtividade, competitividade e rentabilidade” (KATZ, 2016, p. 167).

No entanto, o que se coloca como atualidade após os quatro primeiros meses da eleição de Jair Messias Bolsonaro nos apresenta um cenário ainda mais catastrófico. Conforme, Fontes (2019, s/p), “o governo tem um viés nitidamente proto-fascista, com o lema ‘Deus, pátria e família’, verbalizado por expoentes do novo governo, faz lembrar a hiper-reacionária Tradição, Família e Propriedade”.

Trata-se, portanto, de um cenário que apresenta inúmeras contradições, sendo possível, ainda segundo a pesquisadora Fontes (2019), apresentar algumas destas contradições centrais: as questões socioambientais pelo Ministério da Agricultura que já se pronunciou contra a demarcação de terras indígenas, pela venda de terras e pela aprovação irrestrita de agrotóxicos; o pacote anticrime, do ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro, que prevê o aumento da população carcerária e a perda de uma série de direitos consolidados ao longo dos séculos; ou ainda retrocessos que ferem consensos acerca dos direitos humanos como a liberdade de expressão, os direitos das mulheres, dos refugiados, da comunidade LGBT, etc.

No que tange a agenda da educação, podemos elencar algumas mudanças neste período de seis meses do governo de Bolsonaro. O começo foi à extinção de secretarias como a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), principal responsável por articular o Sistema Nacional de Educação (SNE) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), órgão responsável pelos programas, ações e políticas de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos.

Além dessas extinções, o Ministério da Educação (MEC), anunciou um contingenciamento no orçamento das universidades e institutos federais que chegam a cerca de 30% de seu orçamento, inviabilizando o funcionamento de muitas das instituições de ensino superior. Esse cenário também impacta no financiamento da produção de ciência e tecnologia no país, visto que as pesquisas no Brasil são em sua grande maioria realizadas nas universidades públicas. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um dos principais órgãos financiadores da pesquisa no país teve um corte nos últimos 6 meses de cerca de 300 milhões no seu orçamento, sendo cortadas quase 6 mil bolsas de mestrado e doutorado.

Segundo nota no da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação,

Observa-se que o ajuste econômico em andamento está servindo para aprofundar um modelo competitivo e excludente entre os programas, novamente fazendo com que a avaliação de mérito justifique profunda desigualdade de financiamento entre os programas. No caso da área de

Educação, penalizará regiões que, historicamente, foram desassistidas por políticas públicas de apoio e fortalecimento da pós-graduação. Considerando dados de fevereiro/2019, na Região Norte, 61,54% dos programas de pós-graduação em Educação possuem nota 3; enquanto nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, esse percentual é de 43,75% e 42,42%, respectivamente. Por outro lado, nas Regiões Sudeste e Sul, esse percentual se limita a 30,00% e 18,18%, respectivamente. Esse procedimento tem como consequência a diminuição do acesso à pós-graduação no País e o crescimento das assimetrias regionais, o que se coloca na contramão do PNE 2014-2024 como do PNPQ 2011-2020. Ademais, implicará em graves consequências para a pesquisa e, por conseguinte, para o desenvolvimento do País. (ANPED, 2019, s/p.)

Por fim, entendemos que a combinação entre *autoritarismo*, *militarismo* e *contingenciamento* impossibilita qualquer perspectiva de uma política educacional planejada que atenda minimamente as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação. Neste sentido, conforme Freitas (2016), o atual governo aprofunda uma dualidade classista da educação brasileira, apoiada por amplos setores da grande imprensa e empresários, e não deixa dúvidas sobre os objetivos de radicalização e implementação do *neoliberalismo ortodoxo* (KATZ, 2016), por trás do “véu do golpe” instaurado no ano de 2016.

Considerações finais

O texto buscou sistematizar algumas reflexões acerca do contexto do novo governo e as mudanças na educação brasileira. Neste contexto, entendemos que se faz urgente a necessidade de organizar-nos em torno de um projeto de hegemonia da classe trabalhadora, sendo também necessário o resgate do sentido público da escola e a retomada do projeto de educação em sua totalidade, construindo novos percursos formativos para o que já anunciava Pistrak (2000) em “A Escola do Trabalho”.

Neste sentido, é preciso ainda no nível da resistência agregar esforços e construir estratégias eficientes para enfrentar essa nova e dura realidade, a partir da contribuição e acúmulo dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Isso já se percebe no último dia 15 e 30 de maio, onde milhares de pessoas tomaram as ruas do país, tendo como questão central a luta por uma educação de qualidade, além das manifestações e paralizações da Greve Geral no último 14 de junho. Diante de um turbilhão de retrocessos, é do movimento dialético das forças opostas em

choque, que pode-se também gerar avanços a favor daqueles que vivem da sua força de trabalho.

Referências:

ANPED. **Nota de repúdio aos cortes na pós-graduação brasileira: queremos uma pós-graduação menor?** Acessado em: <http://www.anped.org.br/news/nota-de-repudio-aos-cortes-na-pos-graduacao-brasileira-queremos-uma-pos-graduacao-menor> Junho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. **Emenda Constitucional 95/2016.**

FREITAS, L. **Ensino Médio: modelo subserviente para um país dependente.** Avaliação Educacional, 2016.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FONTES, V. **O núcleo central do governo Bolsonaro: o proto-fascismo.** Acessado em: <https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo-por-virginia-fontes/> Junho de 2019.

GONÇALVES, S. **O neoconservadorismo e os retrocessos na agenda educacional.** Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Ed. Especial EDEA, 2019.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo.** 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

MOTTA, V. FRIGOTTO, G. **Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017).** Revista Educação e Sociologia, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun, 2017.

MINTO, C. A. **(Contra) Reformas na educação brasileira: ontem e hoje.** In: PENITENTE, L. A. A; MENDONÇA, S. G. L; MILLER, S (Org.) **As contra reformas na educação hoje.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** SP: Expressão Popular, 2000.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2012.